



Ao Juízo da 4ª Vara Cível e Empresarial Regional de Cascavel/PR

Autos nº 0033231-94.2024.8.16.0021, de Recuperação Judicial

Auxilia Consultores Ltda., representada por *Laís Keder Camargo de Mendonça*, Administradora Judicial devidamente qualificada nos presentes autos do processo de Recuperação Judicial movido pelo **Grupo Tedesco**, todas já qualificadas, comparece, respeitosamente, perante Vossa Excelência, para expor e requerer o que segue.

I. DAS OBJEÇÕES APRESENTADAS

O PRJ apresentado pelas Devedoras foi acostado ao ev. 117.2 destes autos.

Desde então, em relação aos seus termos, no ev. 135.2, manifestamo-nos a respeito das matérias que, em nossa visão, demandariam **controle de legalidade** a ser exercido oportunamente por este d. Juízo, especialmente as cláusulas **4.2.4** (outros meios), **4.2.5** (leilão reverso) e **6.1.1**: (créditos trabalhistas salariais) e **6.2.7** (trabalhistas retardatários). Adicionalmente, levantamos pontos de atenção para os itens **6.1** (periodicidade e marco inicial), **7** (dados bancários), **9** (cancelamento de protestos), **6.1.7 e 10** (extensão a coobrigados) e **11** (posse de bens essenciais).

Também apontamos a necessidade de retificação do laudo econômico-financeiro e da avaliação de ativos, que foram apresentados sem a assinatura de profissionais legalmente habilitados ou empresa especializada.

Após a publicação do Edital previsto no art. 53, da LREF, que intimou os credores acerca da apresentação do PRJ pelas Devedoras e inaugurou o prazo legal de 30 dias para apresentação de objeções, encerrado em 10/06/2025, insurgiram-se os Bancos do Brasil S/A, Cooperativa Cresol, Cooperativa Sicoob Credicapital, Cooperativa Sicoob Unicoob Meridional) e Caixa Econômica Federal, esta última com apresentação intempestiva.

Na tabela a seguir, especificamos as cláusulas objetadas por credor. Vejamos:





Evento	Credor	Cláusulas apontadas como ilegais	Conteúdo econômico objetado
Ev. 167.1	Banco do Brasil S/A	6.2.7 e 10 - Extensão de Efeitos a Terceiros; 12 - Alienação de Bens do Ativo Permanente.	6.2.1 e 6.2.4 - Prazo de Pagamento; 6.2.2 - Período de Carência; 6.2.5 - Deságio; 6.2.6 - Correção Monetária e Juros.
Ev. 176.1	CRESOL INTEGRAÇÃO	9 - Baixa de Protestos; 6.2.7 e 10 - Extensão de Efeitos a Terceiros; 4.2.5 - Leilão Reverso; 11 - Manutenção da Posse de Bens Essenciais; 9 - Baixa de Protesto.	6.2.1 e 6.2.4 - Prazo de Pagamento; 6.2.2 - Período de Carência; 6.2.5 - Deságio; 6.2.6 - Correção Monetária e Juros.
Ev. 178	SICOOB CREDICAPITAL	6.2.7 e 10 - Extensão de Efeitos a Terceiros; 4.2.4 - UPIs; 9 - Baixa de Protestos; 11 - Manutenção da Posse de Bens Essenciais.	6.2 e seguintes - Generalidade da Proposta / Falta de Viabilidade Econômica; 4.2.5 - Leilão Reverso.
Ev. 180	SICOOB UNICOOB MERIDIONAL	4.2.5 - Leilão Reverso; 12 - Alienação de Bens do Ativo Permanente; 11 - Manutenção da	6.2.1 e 6.2.4 - Prazo de Pagamento; 6.2.2 - Período de Carência; 6.2.5 - Deságio; 6.2.6 - Correção

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJDRS FX4MF 5B9XQ D2M4R



		Posse de Bens Essenciais.	Monetária e Juros.
Ev. 182 (intempestivo)	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	6.2.7 e 10 - Extensão de Efeitos a Terceiros; 12 - Alienação de Bens do Ativo Permanente.	6.2.1 e 6.2.4 - Prazo de Pagamento; 6.2.2 - Período de Carência; 6.2.5 - Deságio; 6.2.6 - Correção Monetária e Juros.

Diante do exposto, observa-se que, à exceção do conteúdo econômico do PRJ cf. cláusulas 6.2 e seguintes, matéria que compete exclusivamente à deliberação dos credores, bem como cláusula 12, que, a nós, pareceu atender aos ditames da legislação em razão da clareza e necessária autorização judicial para que porventura venha a se concretizar, as demais objetadas foram objeto de análise por esta Administração Judicial por ocasião da apresentação do relatório referente ao PRJ, de modo que, salvo melhor juízo, e permanecendo o plano na forma atualmente redigida, deverão ser oportunamente submetidas ao controle de legalidade a ser exercido por este d. Juízo.

Por fim, embora haja requerimentos de controle prévio de legalidade do PRJ, conforme petições constantes dos ev. 178, 180 e 182, e ainda que tal medida seja juridicamente viável, entende-se mais adequado que eventual controle seja realizado após a realização da AGC a ser designada, especialmente em razão do pedido formulado pelas Devedoras para apresentação de plano modificativo em relação à versão originalmente apresentada.

II. DA CONVOCAÇÃO DE AGC

Ato contínuo à apresentação das objeções, impõe-se, na forma do art. 56, *caput*, da LREF, a convocação da Assembleia Geral de Credores.

No caso, contudo, conforme exposto na manifestação de ev. 170.1, em razão de recentes alterações substanciais na gestão empresarial, as Devedoras formularam pedido de concessão de prazo adicional de 60 dias para apresentação de nova versão



do plano, "com o objetivo de incorporar os apontamentos técnicos, aperfeiçoar a proposta e garantir sua viabilidade econômica e jurídica". Sobre o pleito, esta Administração Judicial já se manifestou no ev. 175, item II.

Com a apreciação, por este d. Juízo, do pedido formulado no ev. 170, requer-se a concessão de nova vista a esta Administração Judicial, a fim de que possamos apresentar, além das datas sugeridas, a minuta do competente Edital de convocação, considerando que o interregno indicado pelas Devedoras, ou aquele que eventualmente venha a ser fixado por este d. Juízo, poderá repercutir na disponibilidade de agenda da equipe de automação responsável pelo conclave.

III. CONCLUSÃO

Diante do exposto, a Administração Judicial manifesta ciência quanto às objeções ao PRJ apresentadas, que abordam conteúdos que demandarão, oportunamente, exercício de controle de legalidade a ser exercido por este d. Juízo, cf. item I, *retro*.

No mais, quanto à convocação da AGC, em razão do pedido formulado pelas Devedoras no ev. 170, no qual requerem a concessão de prazo de 60 dias para apresentação de nova versão do PRJ, com a apreciação deste requerimento por este d. Juízo, requer-se a abertura de nova vista a esta Administração Judicial, a fim de que possamos apresentar, além das datas sugeridas, a minuta do competente Edital convocatório, cf. item II, *retro*.

Sendo o que tínhamos a requerer, permanecemos à inteira disposição deste d. Juízo e de toda comunidade recuperacional.

Maringá/PR, 12 de junho de 2025.

AUXILIA CONSULTORES LTDA.

Laís K.C. de Mendonça | OAB/PR 80.384

